

“A IGREJA DO DIABO”: O ESTATUTO DO MAL EM MACHADO DE ASSIS

Ramon Diego Câmara Rocha
(UFRN)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
<p>Ramon Diego Câmara Rocha é Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Literatura Comparada. Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Sergipe. Graduação em Letras português-francês pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail para contato: ramomdidi@gmail.com</p>

RESUMO	ABSTRACT
<p>O presente artigo intenciona estudar como o mal, tema tão abordado na literatura e na filosofia, é trabalhado no conto “A igreja do diabo”, do escritor brasileiro Machado de Assis. Para isso, partiremos de uma reflexão prévia acerca do mal na sua produção literária, debruçando-nos, mais especificamente, sobre a problemática do mal na obra do escritor brasileiro e, posteriormente, entraremos em uma análise do conto mencionado. Como suporte teórico, levaremos em consideração os diversos estudos que abarcam as obras machadianas a partir da interface entre filosofia e literatura, tomando como referência, teóricos como Benedito Nunes (2012), Alfredo Bosi (2007), Roberto Schwartz (2000) e as discussões sobre os aspectos e dimensões do mal, da culpa e do sofrimento a partir de textos de pensadores como C.S. Lewis (2006), Paul Ricoeur (1998), Georges Bataille (1989), entre outros que nos ajudarão a compreender melhor essa temática e suas implicações em obra.</p>	<p>The present article intends to study how evil, a topic that is so much discussed in literature and philosophy and which is also worked on in the short story “A Igreja do diabo”, by the Brazilian writer Machado de Assis. For this, we will start from a previous reflection about evil in his literary production, focusing, more specifically, on the problematic of evil in the work of the Brazilian writer and, later, we will analyze the mentioned tale. As a theoretical support, we will take into account the various studies that cover Machado's works from the interface between philosophy and literature, taking as reference, theorists such as Benedito Nunes (2012), Alfredo Bosi (2007), Roberto Schwartz (2000) and the discussions on the aspects and dimensions of evil, guilt and suffering based on texts by thinkers such as C.S. Lewis (2006), Paul Ricoeur (1998), Georges Bataille (1989), among others that will help us to better understand this theme and its implications in the work.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Literatura comparada; Machado de Assis; A igreja do diabo; Memória cultural.	Philosophy and literature; Machado de Assis; The church of the devil; Cultural memory.

INTRODUÇÃO

Machado de Assis possui uma obra extensa, são dezenas de contos, diversas peças de teatro, poesias e crônicas, além de romances que deixaram a sua marca histórica na literatura brasileira. Sua escrita inquieta transpassa épocas e deixa seu rastro ao decorrer do tempo, partindo de um estilo próprio na composição de seus enredos em que a complexidade de seus personagens e, sobretudo, as escolhas discursivo-ideológicas de fina ironia empreendida por seus narradores revelam-nos a relação, quase sempre tensionada, entre sujeito e sociedade.

Em um de seus contos mais famosos, “A igreja do diabo”, publicado pela primeira vez em 1884, o bruxo do Cosme Velho – como ficou popularmente conhecido – aposta, mais uma vez, no tratamento ambivalente acerca da condição humana, dando ao problema do “mal” status de grande relevância. Isto porque o trabalha por meio de uma composição literária e de um formato estético-discursivo próprio, que foge ao enfoque tradicional da fatalidade ou da banalidade, ainda que nos transporte, em um primeiro momento, para a dimensão do sobrenatural ou metafísico como porta de entrada.

Nesse sentido, o enredo do conto que se decidiu analisar acontece em um tempo em suspenso, no qual Lúcifer, cansado de ser relegado a um segundo plano na narrativa celestial, decide reivindicar para si uma igreja, intencionando fundar um culto baseado nas desventuras da humanidade. Algo que, no entanto, funciona por certo tempo, até ele se dar conta – a partir de uma conversa com Deus e do seu fracasso em tal empreendimento – da contradição formadora que permeia a existência humana.

Ao inserir estas preocupações acerca da condição dos homens, Machado instiga-nos a pensar um dos problemas mais debatidos na literatura, na teologia e na filosofia, resgatando, de forma implícita, trabalhos de teóricos que se debruçaram acerca desse questionamento, contribuindo para o aprofundamento de tais reflexões, na busca por uma relação entre a condição formadora do mal e a da existência humana. Dessa forma, o presente artigo procurou investigar, diante da composição estética em destaque – em diálogo com outras obras do escritor carioca – como essa relação entre a atuação dos sujeitos no mundo e a filosofia, enquanto vetor de compreensão acerca da condição do mal, aparece em suas obras.

Dividimos, então, nossa investigação em três etapas: 1) Caracterizar o problema do mal, pensado, ao decorrer das épocas, por filósofos e teólogos que se ocuparam desse tema, correlacionando-o, muitas vezes, à existência de uma entidade metafísica; 2) Identificar como o problema do mal nos é apresentado por Machado, realizando um percurso por seus contos e romances; 3) Analisar, a partir do conto já mencionado, a partir dos diálogos e ações de personagens como o Diabo e Deus – em contraste com figuras humanas – como esse mal se dá, contextualmente na composição literária do autor brasileiro, em busca de uma compreensão machadiana acerca de um possível “estatuto do mal” na observância da realidade do séc. XIX.

1 O MAL COMO UM PROBLEMA METAFÍSICO?

É lugar comum pensarmos o mal sob uma única perspectiva, ou seja, como aquilo que se contrapõe a tudo que é bom, no entanto, a partir de um estudo mais aprofundado sobre esse tema, percebemos que ele adquire diversas facetas e opera em diferentes categorias. Entre as mais conhecidas estão: o mal social, o mal moral e o mal metafísico.

O primeiro toma como base a constante batalha pelo exercício do poder, norteadas pelos sistemas socioeconômicos, a exemplo da luta de classes, das desigualdades sociais e dos processos de exploração humana. O segundo seria decorrente de uma construção social problematizada por determinados valores éticos e morais, em que a inconformidade entre a instância do desejo e a da aceitação social nos conduziria a um estado existencial de adoecimento psíquico. Já o terceiro seria fruto de um esforço de pensamento crítico, que diz respeito à ideia de Deus na acepção judaico-cristã e suas principais proposições acerca Dele, bem como de sua relação com o sofrimento em uma instância metafísica, a qual, por sua vez, interferiria no espaço-tempo físico.

Sobre este último tipo – talvez um dos mais conhecidos – um filósofo grego chamado Epicuro é quem nos lança um primeiro e importante esboço sobre a incompatibilidade da narrativa do mal metafísico e sua relação entre Deus – enquanto força benéfica e totalizante – e a coexistência de uma força maligna. Assim, na esteira de suas contribuições, o filósofo grego funda o que viria a se chamar *paradoxo de Epicuro*:

Ou bem Deus quer eliminar o mal do mundo e não pode, ou Ele pode e não quer, ou Ele não quer nem pode, ou Ele quer e pode. Se Ele quer e não pode, então Ele é impotente, o que é impossível. Se Ele pode e não quer, então Ele não é completamente bom, o que é estranho a Deus. Se Ele não quer nem pode, então Ele é impotente e não completamente bom, logo Ele não é Deus. Mas se Ele quer e pode, o que é o mais adequado em se tratando de Deus, então de onde vem o Mal e por que Deus não o elimina? (EPIRUCO *apud* ARRUDA 2011, p. 221).

Partindo desse encadeamento lógico, baseado no princípio da não-contradição, Epicuro demonstra, por meio das afirmações sobre a existência de Deus, um paradoxo que fundamenta, grosso modo, uma desafiadora pergunta: “Se Deus é bom e todo poderoso, não seria contraditório o mal existir?” Não é por acaso, portanto, que a partir dessa indagação surge-nos, por intermédio de um filósofo e matemático alemão do séc. XVII, chamado Gottfried Wilhelm Leibniz, a *teodicéia*, ou seja, um conjunto de argumentos que objetivava explicar a coerência lógica a partir dessas duas proposições: a) Existência de Deus; b) Existência do mal.

Para Leibniz, que se debruçou logicamente acerca do paradoxo epicurista, não há incoerência lógica entre a existência de um Deus benevolente e onipotente e o fato da existência do mal ou de males. A defesa feita por ele é que, ao ter um intelecto divino, Deus consegue ver o começo e o fim de todos os mundos possíveis e escolher – por

intermédio de sua benevolência – o melhor deles, o que, ainda segundo o mesmo pensador, não excluiria fraturas ou rasuras na condição de benevolência divina, “Logo, o melhor mundo possível não implica necessariamente um mundo sem imperfeições e males” (ARRUDA, 2011, p. 224).

A composição desse argumento torna-se um estopim a partir do qual inúmeras outras questões, dentro e fora do pensamento teológico, são derivadas. Diante disso, avançando no tempo, em busca de uma hermenêutica de compreensão do mal no século XIX e XX, o crítico literário e filósofo francês Paul Ricoeur reconhece, na *teodicéia* de Leibniz, a força de pulsão do mal metafísico como objeto primeiro do qual derivam todos os males, no entanto, realiza algumas ponderações, a fim de tentar compreender, portanto, uma condição a partir da qual o mal é gerado, identificando-o na instância do sofrimento.

Nessa direção, o escritor francês diz, “[...]todas as formas de mal, e não somente o mal moral (como na tradição agostiniana), mas também o sofrimento e a morte, são consideradas e colocadas sob a denominação de mal metafísico, que é o defeito fatal de todo ser criado [...]” (RICOEUR, 1988, p. 35). O mesmo pensador ainda vale-se da tradição dos estudos de Leibniz e de Santo Agostinho para formular seu próprio questionamento acerca do mal, como algo que está intrinsecamente ligado à condição humana, o que por vezes explica tomando o metafísico como parâmetro da noção de real. Ricoeur defende, ainda, que nossas ações, e/ou nossas escolhas podem ou não gerar um desconforto, uma privação e um sofrimento aos nossos semelhantes, dando fundamento tanto à ideia do mal quanto à noção do que é metafísico.

Em resumo, o pensamento do teórico francês desperta-nos para o seguinte questionamento, ou Deus é justo e bom e escolhe o melhor dos mundos possíveis, tendo como recurso divino uma visão totalizante desse mundo da qual o mal, inevitavelmente, faz parte, ou o mundo é criado a partir do livre-arbítrio que nos foi dado e o mal é proveniente de nossas escolhas. Assim sendo, o argumento de Leibniz, para Ricoeur, “junta apenas os signos dispersos do excesso de perfeições em relação às imperfeições, na balança do bem e do mal. É necessário, então, um robusto otimismo humano para afirmar que o balanço é na totalidade positivo” (RICOEUR, 1988, p. 36).

Dito isto, longe de tentarmos esgotar ou tentarmos nos debruçar sobre uma solução acerca do problema do mal metafísico, podemos ver, já aqui, que enquanto alguns filósofos e teólogos acusam o mal de ser oriundo de uma força metafísica, que dispõe sobre nossa existência, durante a Grécia antiga e a Idade média, outros o associam, no contexto da modernidade, à problemática do livre arbítrio, regido por escolhas que se dão na esfera terrena.

Dessa maneira, cabe-nos aqui uma importante tarefa: identificar como o mal é transposto para a literatura de Machado de Assis e, em qual instância ele se dá, ou seja, se na supraterrena ou se na das escolhas que geram consequências no tecido do real, bem como associar a escolha de sua realização com a visão crítica dos processos históricos de seu tempo.

2 O MAL NA LITERATURA DE MACHADO DE ASSIS

Para compreendermos a perspectiva do mal em Machado de Assis, não podemos partir, abruptamente, para “A igreja do Diabo”. É preciso observar como o estatuto da maldade se desenvolve, primeiro, de uma forma geral, em algumas de suas narrativas, assim, podemos identificar como esta perspectiva se transforma e, só depois, veremos como isso se reflete no conto destinado à análise.

Nesse sentido, ao abordarmos tal temática, não podemos deixar de falar que a exploração desse aspecto não só permeia a obra machadiana, infiltrando-se em diversos gêneros produzidos pelo autor, como também parece florescer, de forma mais contundente, quanto mais se aproxima da virada histórica do Brasil Império para Brasil república, ainda que, em um primeiro momento, o “mal” em sua obra tem uma funcionalidade mais pedagógica e, em um segundo, uma constatação mais pessimista acerca do sujeito no mundo.

Uma possível causa para isto nos é anunciada em *História concisa da literatura brasileira* (1994), de Alfredo Bosi, no momento em que este nos diz que:

O Machado que se indignara, quando jovem cronista liberal, ante os males de uma política obsoleta, foi mudando nos anos de maturidade o sentido do combate, e acabou abraçando como fado eterno dos seres o convívio entre egoísmos, até assumir ares de sábio estoico na pele do Conselheiro Aires. Quer dizer: veio-lhe sempre do espírito atilado um *não* ao convencional, um *não* que o tempo foi sombreando de reservas, de *mas*, de *talvez*, embora permanecesse até o fim como espinha dorsal de sua relação com a existência (BOSI, 1994, p. 176).

Ainda segundo Bosi, é na sua fase realista, em meio aos vícios de poder do império, em um momento de luta pela abolição da escravidão no Brasil, que Machado de Assis consegue ser, ao mesmo tempo, ácido e esteticamente ativista, propondo-se enquanto liberal convicto e defensor de ideias republicanas, ainda que ironizando tipos sociais burgueses e os discursos que formavam suas consciências. Algo que se reflete, inclusive, em passagens de um de romances mais conhecidos, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado inicialmente em 1881.

Nessa obra, em que o narrador-personagem é um defunto que atesta a autoria de uma vida de aventuras, temos um breve fragmento em que não só os ideais românticos de nacionalidade e natureza idílica brasileiras são contestados, como a reflexão sobre a condição humana, lançada à própria sorte, é evocada:

Para que queres tu mais alguns instantes de vida? Para devorar e seres devorado depois? Não estás farto do espetáculo e da luta? Conheces de sobejo tudo o que eu te deparei menos torpe ou menos aflitivo: o alvor do dia, a melancolia da tarde, a quietação da noite, os aspectos da terra, o sono, enfim, o maior benefício das minhas mãos. [...] Sim, egoísmo, não tenho outra lei. Egoísmo, conservação. A onça mata o novilho porque o raciocínio da onça é que ela deve viver, e se o novilho é tenro tanto melhor: eis o estatuto universal (ASSIS, 2006, p. 25-26).

A partir desse fragmento, que parte de um delírio de Brás Cubas no seu leito de morte, temos um diálogo entre este e Pandora, uma espécie de mãe natureza a qual ele se dirige em buscas de respostas. Aqui, após uma longa conversa, o defunto-autor aparece como sujeito frustrado, diante da constatação de que não existe um mistério ou segredo superior que rege a condição humana além da própria luta, ininterrupta em busca da conservação e da sobrevivência.

No plano da consciência, Machado, como poucos, nos faz adentrar nas concepções éticas e discursivo-ideológicas de um tipo específico na segunda metade do século XIX, o indivíduo de classe média burguesa que entra em crise, mas não por arrepende-se de suas ações em vida e, sim, por ver-se diante de uma ruína inevitável, que coloca sua posição em xeque diante de seus desejos, ou como nos diz George Bataille acerca de tipos como esse, bem como dos males que estes trazem, “É sempre a morte — pelo menos, a ruína do sistema do indivíduo isolado à procura da felicidade na duração — que introduz a ruptura sem a qual ninguém acede ao estado de arrebatamento” (BATAILLE, 1989, p. 23).

Pandora revela-nos a lei que rege a criação da vida, ou seja, a luta pela sobrevivência, que nos conduz a um destino último, ser comido pelos vermes. No entanto, tendo o homem como aquele que está lançado à competição, seja pelo desejo de se vestir, de ter o que comer, ou de possuir bens, a vida nada mais é – para essa mesma força – do que uma luta constante pela saciedade, pelo preenchimento de um vazio.

Partindo dessa perspectiva, a condição humana pode ser facilmente atrelada ao sofrimento quando o vazio que nos rege não pode ser preenchido sob o peso de nossas escolhas. Aqui o mal é causado pela privação da busca pelo prazer que se, por um lado, é um impulso inevitável, por outro, tornar-se, também, fonte de sofrimento.

Outro claro exemplo dessa relação entre privação e preenchimento como vetores das discussões de um mal que permeia as obras machadianas é lançado a seus leitores no conto “Adão e Eva”, publicado inicialmente no jornal Gazeta de Notícias, em 1885. Nesse enredo, algumas pessoas reunidas na casa de D. Leonor – uma espécie de casarão, vinculado a um antigo engenho – especulam sobre a origem da vida, conseqüentemente, da criação. Em determinado momento, um senhor distinto propõe uma versão alternativa da história, na qual Adão e Eva não teriam comido o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, assim como não teriam desobedecido a Deus, vivendo eternamente no paraíso, enquanto o resto da humanidade, pela sua fome insaciável, estaria condenada aos caprichos de suas vontades.

Quanto mais o personagem se alonga na história que conta, mais fabulosa a narração fica e, assim, todos os ouvintes que visitam a casa de Dona Leonor continuam ouvindo-o de forma atenta, enquanto saboreiam doces ofertados pela anfitriã. Ao chegar ao fim de sua narração, o senhor que nos conta uma nova versão da história de Adão e Eva, no entanto, é interpelado:

[...] Tendo acabado de falar, o juiz-de-fora estendeu o prato a D. Leonor para que lhe desse mais doce, enquanto os outros convivas olhavam uns para os outros, embasbacados; em vez de explicação, ouviam uma narração enigmática, ou, pelo

menos, sem sentido aparente. D. Leonor foi a primeira que falou:

— Bem dizia eu que o Sr. Veloso estava logrando a gente. Não foi isso que lhe pedimos, nem nada disso aconteceu, não é, frei Bento?

— Lá o saberá o Sr. juiz, respondeu o Carmelita sorrindo.

E o juiz-de-fora, levando à boca uma colher de doce:

— Pensando bem, creio que nada disso aconteceu; mas também, D. Leonor, se tivesse acontecido, não estaríamos aqui saboreando este doce, que está, na verdade, uma cousa primorosa. É ainda aquela sua antiga doceira de Itapagipe? (ASSIS, 1994, p. 42-43).

O doce aqui corrobora um desfecho da narrativa em que a busca por atingir os desejos mais íntimos fundamenta qualquer discurso. Ao tirar vantagem daquilo que se quer, o indivíduo, lançado a sua eterna busca por saciar-se, engana, trai e mente. Neste caso específico, o doce funciona ao mesmo tempo, como elemento que fundamenta a história contada pelo Juiz de fora, mostrando que, de nada adiantaria pensar na alma humana e no mal metafísico, sem levarmos em conta os meandros de como estamos lançados à vivência no mundo, ou seja, a uma condição que é movida pela concretização de interesses individuais, em uma sociedade de aparências.

Em um período de desenvolvimento das ideias liberais e da luta pelas movimentações sociais em busca de uma transformação democrática, é interessante perceber como a fina ironia Machadiana serve para discutir a problemática do mal, não fixando-se apenas na conceituação metafísica ou social dela, mas entrelaçando-as com o intuito de atingir e despertar uma camada de leitores que se predispunha a explorar o manancial de riquezas de um país, a qualquer custo.

Não por acaso, em diversos de seus contos, publicados antes da proclamação da república e da abolição da escravatura, o mal e o desejo aparecem relacionados, ainda que haja, como vimos nos dois exemplos supracitados, uma concepção quase que pedagógica, em que a exposição de escolhas erradas levam o indivíduo a se saciar momentaneamente, atestando também, para a cegueira acerca do impacto de suas ações na dinâmica coletiva, como acontece com Brás Cubas, ao candidatar-se para ocupar um cargo público com intuito de aumentar seu patrimônio e fama pessoal e, ou como se dá com Dona Leonor, que se farta às custas de pessoas escravizadas que produzem os doces que seus convidados comem.

Em resumo, em muitos de seus contos, publicados no período de 1880-1887, Machado lança-nos à luz sujeitos que apostam na satisfação de seus desejos pessoais para obtenção de fama, dinheiro, poder simbólico e cultural, ainda que se digam generosos, filantropos e democráticos. Nesse sentido, os tipos utilizados para essas representações são representativos ou de uma burguesia em ascensão no início do séc. XIX, ou de uma pequena parcela da população, aristocrática e decadente, situada no final do séc. XIX, assim sendo “[...] a fórmula narrativa de Machado consiste em cena, na alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira” (SCHWARZ, 2008, p. 11)

Quanto mais nos aproximamos do final do séc. XIX para o início do séc. XX, marcando a transição de Brasil império para República, sua produção nos permite

perceber um aprofundamento da perspectiva capitalista e das movimentações econômicas e de interesses socioculturais no seio do nosso país. É preciso dizer, no entanto, que apesar do recorte de tipos sociais, o foco nesses sujeitos, que agem como catalisadores do mal ou da maldade, parecem atingir uma dimensão mais ampla e menos particularizada na obra de Machado, algo que ele faz, ora explicitando a complexidade da atuação humana dividida, como nos diz seu personagem Jacobina em seu conto “O espelho” (1882), entre uma alma interior (anseios individuais) e outra exterior e social (apreciação coletiva), mostrando-nos como o próprio sistema de valores e interesses do Brasil república, com vícios de uma estruturação de favores e escravocrata, corromperia a dinâmica de atuação de seus cidadãos.

O certo é que, na obra do escritor, o estatuto da maldade opera em dois níveis: o primeiro, o da expressão das vontades mais íntimas de seus personagens, entrelaçando-as, por vezes, ao segundo: um ideal de sobrevivência e perpetuação do poder, promovida pelo sistema socioeconômico – essencialmente escravista –. Dessa forma, da atuação individual rumo à ascensão, que se reflete enquanto dominação, à desigualdade gerada pela exploração e enriquecimento, parecem ser os processos que fazem girar as engrenagens de uma liturgia demoníaca, no cerne da sociedade.

3 A IGREJA DO DIABO E O MAL COMO CONSEQUÊNCIA DA CONDIÇÃO HUMANA

Um dos exemplos em que tais processos se manifestam e, que nos chama mais atenção, entre todos os contos produzidos pelo escritor é, como dissemos na introdução, “A igreja do Diabo”, publicado inicialmente em 1884. Nesta narrativa, não só a ideia de mal metafísico aparece de maneira reformulada, como também é amplificada, refletindo-se em um mal social. Dessa maneira, nem se toma o mal metafísico como aspecto para um pessimismo reducionista em relação ao sujeito, tampouco o faz com um fim moralizante e, sim, compõe-se uma tentativa de convidar-nos à reflexão sobre as contradições do ser humano no âmago de sua ação/atuação diante do mal.

Contado essencialmente em terceira pessoa, por meio de um narrador *heterodiegético* – ou seja, uma voz que não participa da história contada – somos inseridos no ambiente divino através de uma observação distanciada do que por lá se passa. O enredo, por sua vez, anuncia-nos uma empreitada do Diabo acerca da criação de uma igreja própria, que lhe serviria de templo e na qual seus fiéis o adorassem, venerando seus feitos e sua imagem.

Ao ter com Deus, no entanto, logo percebe que teria de justificar a materialização de sua vontade e, por este motivo, tenta convencer o criador:

— Olhai bem. Muitos corpos que ajoelham aos vossos pés, nos templos do mundo, trazem as anquinhas da sala e da rua, os rostos tingem-se do mesmo pó, os lenços cheiram aos mesmos cheiros, as pupilas centelham de curiosidade e devoção entre o livro santo e o bigode do pecado. Vede o ardor, — a indiferença, ao menos, com que esse cavalheiro põe em letras públicas os benefícios que

liberalmente espalha, — ou sejam roupas ou botas, ou moedas, ou quaisquer dessas matérias necessárias à vida... Mas não quero parecer que me detenho em coisas miúdas; não falo, por exemplo, da placidez com que este juiz de irmandade, nas procissões, carrega piedosamente ao peito o vosso amor e uma comenda... Vou a negócios mais altos... (ASSIS, 1994, p.3).

A justificativa apresentada apoia-se na maldade dos homens, que, de forma contraditória fingem comungar das ideias cristãs, mas às escondidas, realizam ações contrárias aos atos de benevolência. Sua argumentação apoia-se, então, na criação divina – o ser humano – como um objeto falho. Por este motivo e, não se dando por satisfeito, o Diabo ainda chega a desdenhar das virtudes dos homens, dizendo, acerca destas, que “são em grande número comparáveis a rainhas, cujo manto de veludo rematasse em franjas de algodão”. (ASSIS, 1994, p. 3).

A escolha imagética de Lúcifer, ao se referir às virtudes merece, aqui, certo destaque, pois há, no manto de veludo, um estatuto das aparências que rege as ações dos ditos “cristãos”. Ao evocar as franjas de algodão que evidenciam a fragilidade de uma capa de veludo, esse personagem nos caminha à seguinte reflexão: quão frágeis são as virtudes que se fundamentam em ações virtuosas, apenas para manter as aparências? A retórica do demônio, todavia, não convence a Deus, que logo retruca, compreendendo o tom de sua fala, acusando-o de vil moralista. “Tudo o que dizes ou digas está dito e redito pelos moralistas do mundo. É assunto gasto; e se não tens força, nem originalidade para renovar um assunto gasto, melhor é que te cales e te retires” (ASSIS, 1994, p. 3).

Aqui, a personagem que representa a onipotência, a onipresença e a onisciência, parece rejeitar a ideia de um ser humano ideal, sem defeitos, acusando o demônio de trazer e empregar um tom moralista e maniqueísta para olhar a condição humana em que imperaria um maniqueísmo formador: bondade *versus* maldade. A ironia machadiana presente nessa parte do conto, aproxima os argumentos dos falsos profetas, citados no novo testamento, que pregam em nome de suas riquezas e poderes, dos argumentos do demônio, revelando uma astúcia maligna. Com essa ironia, Machado desloca, já neste trecho, as ideias moralistas, geralmente associadas à doutrina cristã, para uma perspectiva anticristã.

Avançando mais no enredo, percebe-se também que, cansando-se da impertinência do demônio, no entanto, Deus acaba concedendo a ele o direito de ter sua própria igreja. A partir daí, o personagem que representa os desvios e a afronta às virtudes, começa a sua pregação diante dos servos afirmando que na sua igreja “[...] as virtudes aceitas deviam ser substituídas por outras, que eram as naturais e legítimas. A soberba, a luxúria, a preguiça foram reabilitadas, e assim também a avareza [...]”. (ASSIS, 1994, p. 4).

Contudo, ao passar do tempo, percebe algo de errado, também na nova igreja. Assim como acontecia com o templo fundamentado nas virtudes cristãs, os fiéis da “igreja do diabo” também desobedecem aos ensinamentos do fundador, praticando, às escondidas, ao invés de sete pecados capitais, atos de benevolência e caridade. Neste trecho do conto temos, novamente, a ironia do narrador ao nos relatar que “A

descoberta assombrou o Diabo. Meteu-se a conhecer mais diretamente o mal, e viu que lavrava muito” (ASSIS, 1994, p. 6).

O mal, agora, muda de polo e figura, associando-se à benevolência, perante aquele que a detesta e figura, no fragmento destacado, não mais como aquilo que tem origem nas ações de Deus ou do Diabo e, sim, das escolhas humanas no mundo terreno e, é neste ponto que, assim como nas narrativas vistas no tópico anterior, temos, em Machado, mais uma vez, um estatuto da maldade que opera entre a aparência, amuleto de uma alma exterior e coletiva e o desejo íntimo, como semente de uma alma interior e essencial.

Algo que fica ainda mais explícito na cena que dá sequência à revelação sobre os desvios humanos, afinal, movido pelo espanto e, sem entender o real motivo de tal afronta e comportamento dos seus novos servos, Lúcifer interpela o criador em busca de respostas para esse mistério:

O pasmo não lhe deu tempo de refletir, comparar e concluir do espetáculo presente alguma coisa análoga ao passado. Voou de novo ao céu, trêmulo de raiva, ansioso de conhecer a causa secreta de tão singular fenômeno. Deus ouviu-o com infinita complacência; não o interrompeu, não o repreendeu, não triunfou, sequer, daquela agonia satânica. Pôs os olhos nele, e disse-lhe:

— Que queres tu, meu pobre Diabo? As capas de algodão têm agora franjas de seda, como as de veludo tiveram franjas de algodão. Que queres tu? É a eterna contradição humana. (ASSIS, 1994, p. 6).

Para nós, leitores, se a dúvida referente ao acontecido na igreja do Diabo inquieta-nos, a resposta de Deus o faz ainda mais. Machado nos lança a uma bifurcação interpretativa: a) Ou Deus atesta em favor de uma maldade da alma humana e, nesse caso ele se declararia também como possuidor ou fundador desse mal; b) Ou Deus acredita na redenção do homem por meio da contrariedade e do paradoxo vazio/saciedade enquanto caminho de revelação da condição dos sujeitos.

Tentando compreender melhor tal bifurcação o leitor ou leitora poderia ler tal situação à luz do *paradoxo de Epicuro*, evidenciando uma possível inclinação de Machado a contestar a existência de Deus, uma vez que na impossibilidade de um indivíduo ser corruptível, uma vez que parte da essência divina – benevolente e benéfica – ou Deus não existe ou ele não é bom.

Outro caminho de interpretação da escolha machadiana, veria, no autor, partindo da perspectiva da *teodiceia*, de Leibniz, uma segunda linha de compreensão sobre a posição do escritor, na qual o homem percorreria um caminho tortuoso para se encontrar com a salvação – mediado pela força divina – pois Deus, enquanto bondade e benevolência, teria colocado o sujeito no melhor dos mundos, ainda que, neste haja um equilíbrio entre sofrimento e felicidade.

No entanto, caso concordássemos com a primeira corrente de interpretação, cometeríamos uma leitura equivocada da narrativa, uma vez que, ao pressupormos que o indivíduo traz consigo o mal inerente à força divina que o criou, não haveria, em si, contradição alguma. Aqui, o elemento da contradição é o fato do homem, oriundo de

uma força benevolente, apresentar-se como corruptor dessa própria força. Ou seja, neste caso, a fala de Deus sobre a humanidade não é uma repreensão a si mesmo como origem desse mal e sim, às escolhas feitas pelos indivíduos.

Isto, por si só, já denota que o objeto do mal e/ou de repreensão é, na verdade, a escolha que o homem realiza, firmando suas ações em um mundo de inúmeras possibilidades. Dessa forma, também se elimina, aqui, a ideia de um organograma divino que abarcasse todas as intenções possíveis nesse mundo, afinal, se Deus escolhera o melhor dos mundos possíveis levando em consideração as ações humanas nele, por qual motivo se decepcionar em relação às escolhas do homem, se tudo já estava previamente conhecido pela sua capacidade de onisciência?

Para sairmos dessa aporia, propõe-se, então, uma interpretação alternativa, adentrando um pouco mais na relação entre a contradição humana e sua atuação no mundo, que parece ser a chave para uma leitura do mal nesse conto de Machado de Assis. Dessa forma, é importante observar que o sofrimento nos aparece como consequência de nossas escolhas diante de um mundo de flagelos e delícias, ou seja, como “um grau mais alto em direção a um único mistério de iniquidade, pelo pressentimento de que pecado, sofrimento e morte exprimem de modo múltiplo a condição humana em sua unidade profunda” (RICOEUR, 1998, p. 25).

Partindo, então, desse terceiro caminho de leitura, a contradição sobre a qual Deus alerta Lúcifer, dentro da lógica cristã, pode ser facilmente relacionada à capacidade de julgamento acerca do bom e do mal em um mundo de privações. Assim sendo, ao realizar uma boa ação, por meio da culpa oriunda de uma má ação, o indivíduo tem seu julgamento afetado, justamente, pelo princípio da dualidade entre a privação e saciedade, deixando reger-se pelo sofrimento.

Para compreendermos melhor sobre isso, veremos o que C. S. Lewis nos fala sobre o assunto:

Todos os homens estão igualmente condenados, não por códigos de ética estranhos, mas pelo seu próprio, e assim todos têm consciência de culpa. O segundo elemento na religião é a consciência, não apenas de uma lei moral, mas de uma regra moral tanto aprovada como desobedecida. Esta consciência não é uma inferência lógica nem ilógica dos fatos da experiência; se não a trouxéssemos à nossa experiência, não a encontraríamos nela. Ou se trata de uma ilusão inexplicável, ou de revelação. (LEWIS, 2006, p. 10).

No trecho, Lewis nos explica a culpa como uma incapacidade do sujeito de lidar com a quebra de um código ético absorvido conscientemente, em sociedade. Estes, geralmente ligados ao prazer e ao desejo – assim como no conto Adão e Eva – em face da possibilidade de uma vida de delícias e/ou flagelos, ou como melhor nos explica Paul Ricoeur, “[...] o sofrimento caracteriza-se como puro contrário do prazer, como não-prazer, isto é, como diminuição de nossa integridade física, psíquica e espiritual” (RICOEUR, 1998, p. 24).

Dessa forma, pode-se dizer que Machado de Assis pensa a alma humana, nesse conto, como uma matéria dotada de uma complexa consciência, ou, ao exemplo do que nos diz Benedito Nunes como unidade “[...] em conflito consigo mesma, à procura de

autossatisfação e encontrando o tédio, tendendo ao racional, mas desnorreada pela razão, impotente para distinguir o verdadeiro e o falso, como entre o bem e o mal". (NUNES, 2012, p. 7), por isso mesmo, o chamado "mal metafísico" não é, senão, nas obras machadianas, um pretexto a partir do qual o escritor carioca nos remete às implicações e consequências das atuações humanas, partindo a unidade da alma/consciência humana em duas, uma íntima e desejosa e outra coletiva e superficial.

Um nível remete ao outro constantemente, mostrando-nos a hipocrisia e a luta pela sobrevivência, a condição de preservação de si e o contraste com o tecido da realidade, ou como nos diz ainda, Alfredo Bosi, tentando desvendar o enigma de um olhar filosófico de Machado sobre as contradições humanas, para suas personagens, olhar a partir do qual "O mal é explicável, logo passível de juízos atenuantes sempre que é tido por *mal necessário*, fórmula que já virou lugar-comum no jargão do conformismo ilustrado. Que fazer, se as coisas são assim e se os homens precisam agir assim para sobreviver?" (BOSI, 2007, p. 18, grifos do autor).

No conto analisado, a justificativa do mal arrasta os sujeitos, contudo, a uma eterna condição de sofrimento em vida, pelo não equilíbrio ou por uma relação que não resulta saudável, no tensionamento destes dois níveis, estabelecidos entre a incompletude dos desejos individuais e a culpa resultante da ruptura de um código social pré-estabelecido em sociedade, o que fica evidente em dois planos actanciais distintos: 1) o indivíduo sofre ao ser privado de determinadas ações por conta de um código moral e ético proposto pelos preceitos religiosos, corrompendo-se na busca pelos prazeres que lhe eram negados na igreja de Deus; 2) O mesmo sujeito sofre na tentativa de purgar-se da culpa pelas ações realizadas na igreja do Diabo, assumindo um código de atuação anterior ao qual está inserido.

Em ambos os planos, a escolha dos seres humanos é movida pelo prazer e pela culpa, perpetuado o sofrimento. O agir para si, sem o peso das consequências de suas atuações é aqui a força motriz do mal. Força esta que se fundamenta em um livre-arbítrio anunciado tanto como um bem em potência quanto um mal em potência, condição a partir da qual a contradição humana se dá.

Ainda a exemplo do que nos propõe o filósofo francês e, de acordo com tudo que abordamos até aqui, parece-nos, então, que o bruxo do Cosme velho, a partir da forma como constrói sua narrativa, alerta-nos para que, "Antes de especular sobre a origem demoníaca do mal no próprio Deus, atuemos ética e politicamente contra o mal". (RICOEUR 1998, p. 48-49).

Nesta perspectiva, não é difícil notar que Machado estrutura sua narrativa esgueirando-se entre o moralismo e o pessimismo, deixando em aberto o caráter de seu posicionamento em relação à natureza humana dentro desses dois pontos de vista. Expondo condição humana e suas fraturas, lançando-nos aos dois lados de sua contradição. No entanto, se Machado nem absolve, nem condena, uma coisa fica inerentemente atribuída ao homem, o sofrimento como de uma atuação humana privada de uma reflexão sobre os impactos sociais desta.

4 CONCLUSÕES

Diante de tudo que abordamos ao decorrer deste artigo, podemos perceber que, de maneira geral, o problema do mal é tomado em diversas frentes de trabalho ao decorrer dos séculos. Sua origem, apesar de desconhecida, acaba perpassando inúmeras áreas do saber e das humanidades, sendo resgatado por pesquisadores dentro e fora do universo literário, instigando-nos a pensar acerca de nossa condição no mundo.

Entre diversos tipos de males e abordagens sobre tal tema, esmiuçando aspectos metafísicos, morais e sociais, que permeiam nossa atuação e nossa existência, podemos perceber que, de certa forma, o cerne dessas discussões como uma espécie de condição perpétua, que perpassa diversos âmbitos, sejam eles individuais (o de nossas escolhas íntimas) ou coletivos (atuações de acordo com códigos coletivos de conduta social). Assim sendo, tais problemáticas são refletidas não só na experiência empírica do sujeito no mundo, como também na projeção dessa experiência, por meio da palavra, na obra de arte.

Na produção de Machado de Assis, a qual nos detivemos mais especificamente, o mal é intensamente trabalhado, embora fuja de um determinismo e de um maniqueísmo oriundos da manifestação de ações e eventos maléficis, por meio da representação de sujeitos de diversas esferas sociais, no contexto do século XIX. Uma análise mais aprofundada dessas manifestações em alguns contos e fragmentos de romance do escritor em questão, nos mostra, sobretudo, a intensificação da problemática do mal em contos produzidos na segunda metade do século XIX, em um momento de transição, entre o Brasil império e o Brasil república.

Nessas produções, há um constante tensionamento na formação de suas consciências, cuja repreensão coletiva que vai ao encontro do desejo a ser saciado, levam o sujeito a uma condição cíclica de sofrimento, justamente porque a atuação individual e a busca pela saciedade e conforto parece prevalecer diante do âmbito coletivo. No conto “Igreja do Diabo”, que analisamos neste artigo, o autor não só trabalha este tópico, como também aprofunda as discussões sobre as manifestações do mal, revelando-nos o sujeito como resultado de duas forças que contradizem a sua condição. Tal contradição se apoia em diversas camadas: da escolha até a culpa, do vazio à saciedade, evidenciando a elaboração e lapidação do sofrimento no indivíduo moderno a partir de escolhas de âmbito individual que, se por um lado tentam ajustar-se a lógica de um sistema capitalista em evolução, por outro, encontra barreiras morais, religiosas e éticas para se estabelecer plenamente.

Longe de ser uma chave de leitura fechada sobre a obra do autor em destaque, acreditamos que tais reflexões, trazidas nesse trabalho, podem, pelo contrário, abrir novas janelas de compreensão sobre o problema do mal na obra de Machado de Assis, relacionando-o à mudança de condição sociocultural e de atuação individual em uma nova constituição de país, que em breve deixaria para trás o modelo econômico vigente, mas que ainda manteria, enraizada na consciência coletiva, um subtexto religioso e conservador, contraditoriamente estabelecido, reforçando a perspectiva do mal metafísico, mas afastando de si uma abordagem da culpa na geração de males

sociopolíticos, dos quais sua população é vítima.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. de. Leibniz e o problema do Mal: estratégias e limites da Teodiceia. *In*: BRANDÃO, R.; EVORA, R. R. F.; MOREIRA, C. V. de. (Ed.). **Leibniz: 300 anos dos ensaios de Teodiceia**. Cadernos de história e filosofia da ciência: Campinas, série 3, v. 21, n. 1, p. 217-255, Jan.- Jun., 2011.

ASSIS, M. de. A Igreja do Diabo. *In*: ASSIS, M. de. **Obra Completa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 2-7.

ASSIS, M. de. Adão e Eva. *In*: ASSIS, M. de. **Obra Completa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 39-43.

ASSIS, M. de. O espelho. *In*: ASSIS, M. de. **Papéis avulsos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 148-157.

ASSIS, M. de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

BATAILLE, G. **A literatura e o mal**. Trad. Suely Bastos. Porto Alegre: L&PM, 1989.

BOSI, A. Machado de Assis. *In*: BOSI, A. **História Concisa da Literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 174-187.

BOSI, A. **Machado de Assis: O enigma do olhar**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEWIS, C. S. **O problema do sofrimento**. Trad. Neyd Siqueira. São Paulo: Editora Vida, 2006.

NUNES, B. Machado de Assis e a filosofia. *In*: NUNES, Benedito. **No tempo do niilismo e outros ensaios**. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 7-23.

RICOEUR, P. **O mal: um desafio à filosofia e à teologia**. Trad. Pablo Tompson. São Paulo: Editora Papyrus, 1988.

SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

Título em inglês:

THE DEVIL'S CHURCH:

THE STATUE OF EVIL IN MACHADO DE ASSIS